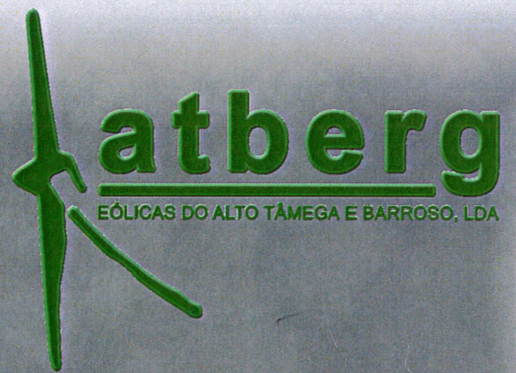


Relatório e Contas



2016



Relatório de gestão



RELATÓRIO DE GERÊNCIA

EXERCÍCIO DE 2016

Exmos. Sócios,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do pacto social, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas da ATBERG no final do período de 2016.

1. Introdução

A “ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.” foi constituída em 4 de junho de 2001, tem por objeto “a execução, gestão e exploração de instalações para produção de energia eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis” e o seu capital social, no valor de 1.250.000 €, encontra-se repartido da seguinte forma:

DENOMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL	
	VALOR (€)	%
Municípios de: Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, em regime de contitularidade	500 000	40
Lusiterg - Gestão e Produção Energética, Lda	500 000	40
Hidroerg - Projectos Energéticos, Lda	250 000	20
TOTAL	1 250 000	100

Handwritten signature and initials in blue ink.

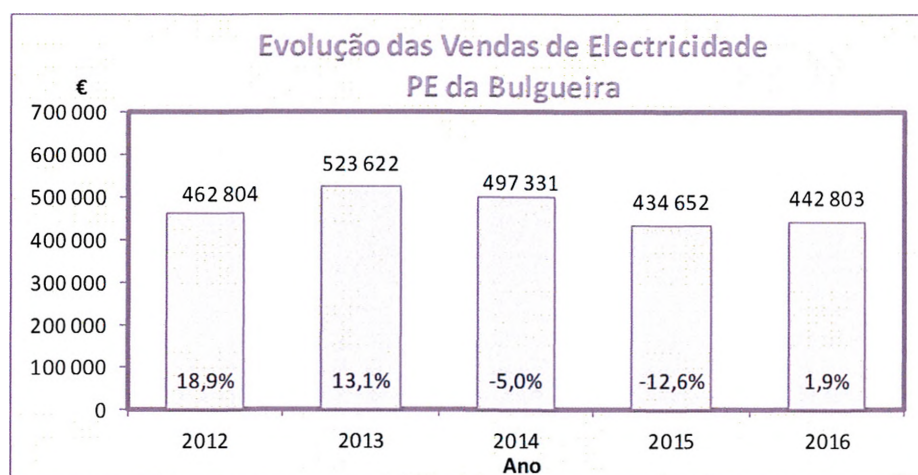


2. Atividade Desenvolvida

No período de 2016, a ATBERG continuou a centrar as suas atividades na exploração do Parque Eólico da Bulgueira, do Aproveitamento Hidroelétrico de Vales e do Parque Eólico de Chã do Guilhado.

A exploração dos Parques Eólicos, e sobretudo a do Aproveitamento Hídrico, foi no ano em apreço fortemente influenciada por uma disponibilidade hídrica acima da média (índice de produtividade hidroelétrica de 1,33) e eólica na média (de 1,00).

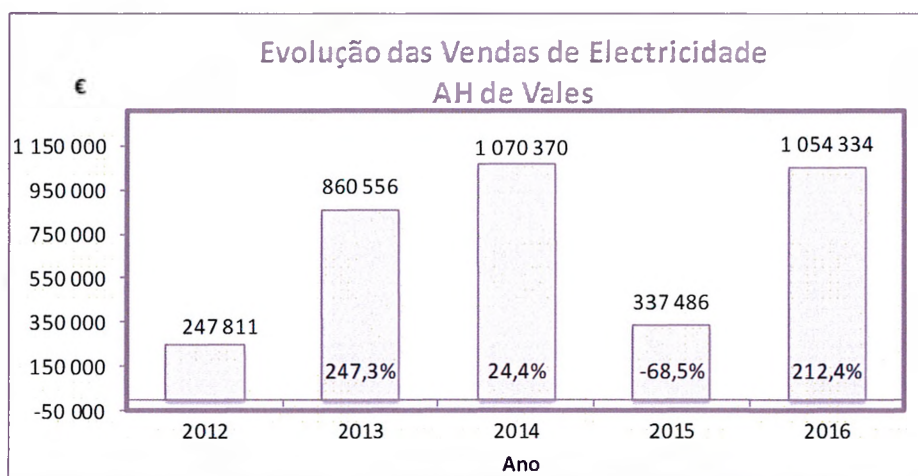
O **Parque Eólico da Bulgueira**, situado no concelho de Ribeira de Pena, é constituído por três aerogeradores Nordex, cada um com 800 kW de potência, cuja atividade no período de 2016 (o seu décimo terceiro ano completo de produção) se caracterizou por um pequeno aumento da produção de 1,2% face ao período anterior, tendo registado 1.548 horas equivalentes de funcionamento, a plena carga e uma produção líquida total de 4.096 MWh, correspondendo a um volume de negócios de 442.803€ (+1,9%).



[Handwritten signatures]



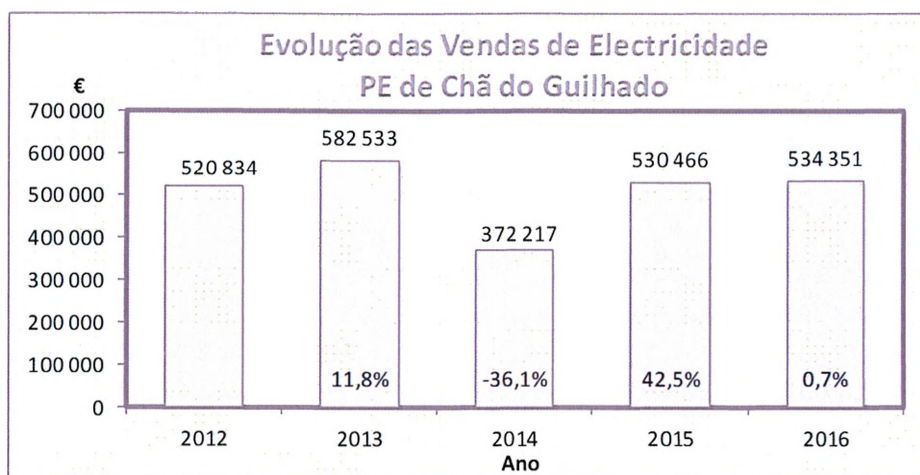
O **Aproveitamento Hidroelétrico de Vales** com 3,2 MW, localizado no rio Tinhela, concelho de Vila Pouca de Aguiar, cumpriu, no período de 2016, o seu oitavo ano de exploração que se caracterizou por um aumento da produção de 185,8% face ao período anterior, e por uma produção líquida total de 10.957 MWh, equivalente a 3.424 horas a plena carga, correspondendo a um volume de negócios de 1.054.334 € (+ 212,4%).



O **Parque Eólico de Chã do Guilhado**, situado no concelho de Vila Pouca de Aguiar, e constituído por um aerogerador ENERCON modelo E-82, com potência de 2 MW, cumpriu, no período de 2016, o seu sétimo ano completo de exploração que se caracterizou por uma produção análoga face ao período anterior, tendo registado 2.447 horas equivalentes a plena carga de funcionamento, e representou uma produção líquida total de 5.089 MWh, correspondendo a um volume de negócios de 534.351 € (+ 0,7%).

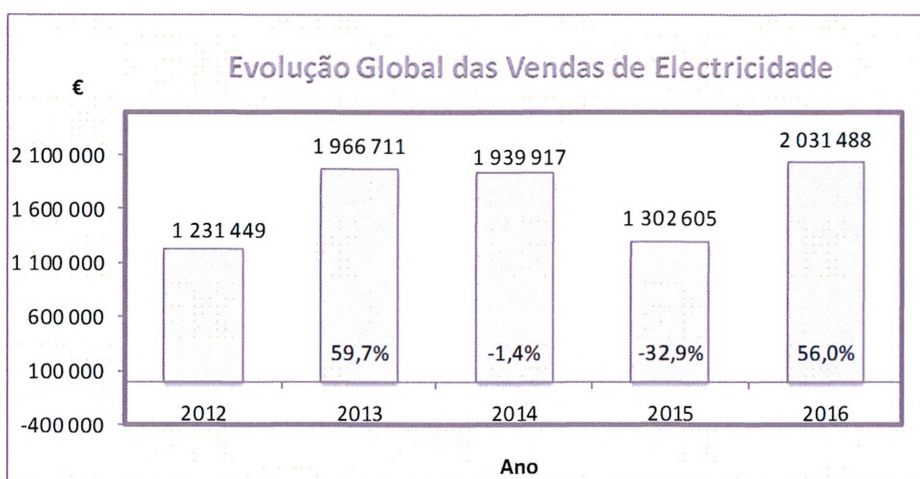
T. J. /

[Signature]



A produção anual de eletricidade nos três centros electroprodutores, neste ano fortemente concentrada na área hídrica, totalizou 20,14 GWh, valor superior em 17,2% ao global previsto para a média dos anos.

A faturação total anual da Empresa foi de 2.031.488 €, superior em 56,0% face a 2015 (+ 728.883 €).





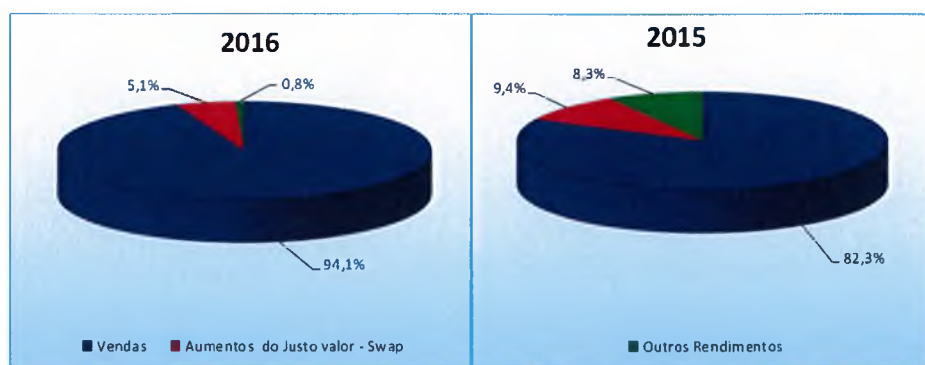
3. Análise Económica e Financeira

Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos globais da Sociedade aumentaram 36,4%, face ao período anterior, cifrando-se nos **2 159 216 €**.

Para além das vendas de energia, principal fonte de rendimento, também contribuíram para os ganhos no período:

- o ganho relativo ao justo valor das operações “swap” no valor de 111.001 €;
- o reconhecimento, em resultados do período, da quota parte dos subsídios ao investimento recebidos, no montante de 15 000 €;
- os juros obtidos de depósitos bancários, no valor de 1 727 €.

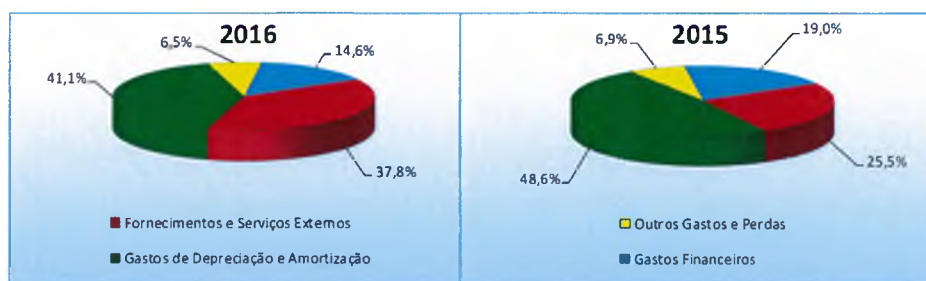


[Handwritten signature]



Estrutura dos Gastos

Os gastos registados no período de 2016, no montante de 1 393 240 €, traduzem, não apenas os encargos associados à atividade de produção de energia, mas também encargos indiretos em depreciação e juros, e distribuem-se do modo seguinte:



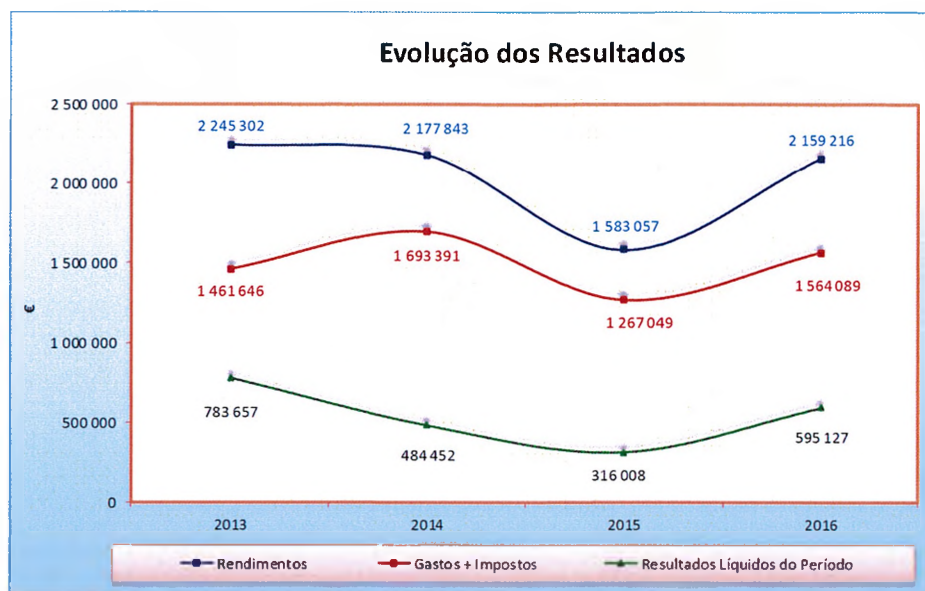
A Empresa não dispõe de quadro de pessoal, recorrendo exclusivamente à prestação de serviços em regime de outsourcing.

Evolução dos Resultados

A variação dos rendimentos e gastos é aferida no quadro e no gráfico que se apresentam seguidamente:

	2013	2014	2015	2016
Rendimentos	2 245 302	2 177 843	1 583 057	2 159 216
Gastos + Impostos	1 461 646	1 693 391	1 267 049	1 564 089
Resultados Líquidos do Período	783 657	484 452	316 008	595 127

[Handwritten signature]



O resultado líquido do período, tendo em conta os fatores atrás mencionados, registou um aumento face ao ano anterior, de 279 119 euros (+ 88,3%).

4. Indicadores Económicos e Financeiros

No período de 2016 a ATBERG, continuou a apresentar indicadores económico-financeiros equilibrados, a saber:

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2016	2015
Volume de Negócios	2.031.488	1.302.605
taxa de crescimento	56,0%	
Outros ganhos operacionais	16.727	131.939
taxa de crescimento	-87,3%	
Ganhos Totais	2.159.216	1.583.057
taxa de crescimento	36,4%	
Gastos Operacionais	91.199	80.924
taxa de crescimento	12,7%	
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	1.541.249	1.201.923
% EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios	75,9%	
EBIT - (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos)	968.714	629.388
% EBIT: EBIT/Volume de Negócios	47,7%	
Gastos Financeiros	202.738	223.177
% GF/(Volume de Negócios)	10,0%	17,1%
Resultado Financeiro	-202.738	-223.177
% RF/(Volume de Negócios)	-10,0%	-17,1%
Resultado líquido do período	595.127	316.008
% RL/(Volume de Negócios)	29,3%	24,3%



Ao nível operacional, destaca-se o aumento do volume de negócios em 56% relativamente a 2015, acompanhada pelo aumento do EBITDA em -28%, reforçando-se desta forma a solidez e a sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Indicadores de Rentabilidade	2016	2015
<i>Resultado Líquido</i>	595.127	316.008
<i>Rentabilidade das Vendas: RL/Vendas</i>	29,3%	24,3%
<i>Rentabilidade do Ativo</i>	6,7%	3,5%
<i>Rentabilidade dos Capitais Próprios</i>	13,9%	8,6%
<i>Free Cash Flow</i>	371.676	-198.376

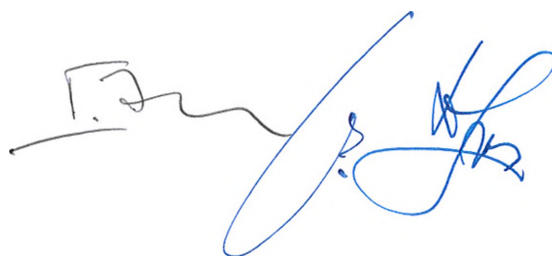
Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2016	2015
<i>Liquidez Geral:</i>	1,17	1,47
<i>Liquidez Imediata</i>	1,01	1,20
<i>Autonomia Financeira</i>	0,48	0,41
<i>Solvabilidade</i>	0,93	0,68
<i>Endividamento ("Debt to Equity")</i>	1,08	1,47

De notar, através da análise do quadro atrás, a melhoria dos indicadores de equilíbrio financeiro, nomeadamente através do aumento dos rácios da autonomia financeira para 48% (41% em 2015) e da solvabilidade para 93% (68% em 2015), fruto do regular reembolso de passivos bancários e de suprimientos num contexto de crescimento contínuo da situação líquida.

Ao nível financeiro, de notar uma ligeira diminuição da liquidez geral e da liquidez imediata.

Evolução Previsível da Sociedade

Admitindo a ocorrência de um ano hidrológico próximo da média estimada e de condições normais ao nível do recurso eólico, os inerentes resultados permitirão à Sociedade reforçar a sua solidez e sustentabilidade económico-financeira e distribuir aos seus sócios os rendimentos por estes esperados.



5. Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do período de 2016 traduziu-se num lucro de **595 127,02 €** pelo que a Gerência, tendo em consideração as disposições legais e o contrato da Sociedade, bem como os resultados verificados nos períodos antecedentes, propõe que esse lucro, tenha a seguinte aplicação:

- | | |
|-------------------|---------------------|
| • Reservas Legais | 29 757,00 € |
| • Reservas Livres | 565 370,02 € |

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

a) Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pela Gerência em 15 de março de 2017, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Sócios agendada para 30 de março de 2017, tendo essa reunião magna o poder de as alterar, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.



7. Notas Finais

No final do período em apreço não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

A gerência da Atberg, entende que eventuais revisões e correções das declarações fiscais dos períodos em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

8. Agradecimentos

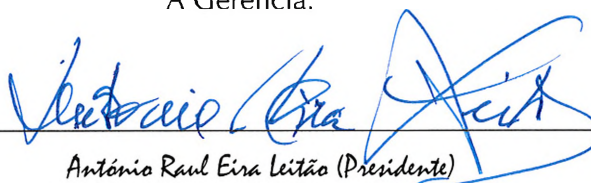
A Gerência expressa uma clara palavra de agradecimento e reconhecimento:

- Às empresas a quem estão confiadas, por contrato de prestação de serviços, a O&M dos parques eólicos (EHATB, NORDEX e ENERCON) e do aproveitamento hídrico (HIDROERG), pelo esforço e dedicação demonstrados no acompanhamento e exploração dos seus centros electroprodutores.
- Às autoridades oficiais, nomeadamente à Direcção-Geral de Energia e Geologia, à Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à Administração de Região Hidrográfica do Norte e aos Municípios de Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, bem como à EDP Distribuição e à EDP Serviço Universal, pelo apoio dispensado à ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.;
- À CGD pelo suporte financeiro e pela confiança depositada no desenvolvimento dos Parques Eólicos da Bulgueira e de Chã do Guilhado e do Aproveitamento Hidroelétrico de Vales;

- Às sócias, pelo empenho demonstrado na boa evolução dos negócios e pela valiosa colaboração prestada ao desempenho da Gerência.

Ribeira de Pena, 15 de março de 2017

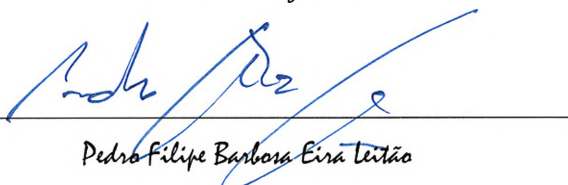
A Gerência.



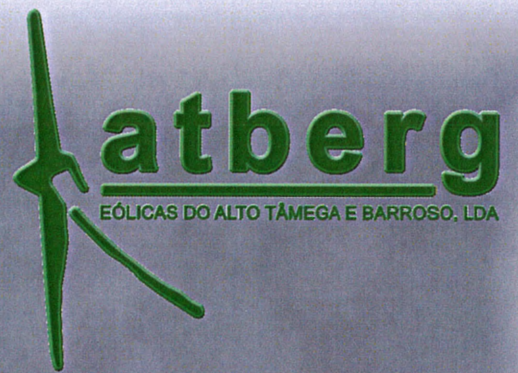
António Raul Eira Leitão (Presidente)



Rui Manuel Vaz Alves



Pedro Filipe Barbosa Eira Leitão



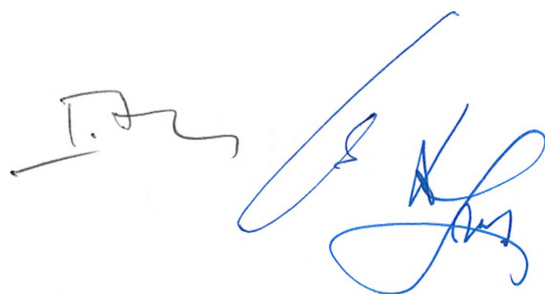
Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-dez-2016	31-dez-2015
Vendas e serviços prestados	E e 5	2 031 488	1 302 605
Fornecimentos e serviços externos	6	-526 767	-300 030
Aumentos/reduções de justo valor	7	111 001	148 513
Outros rendimentos	Fe 8	16 727	131 939
Outros gastos	9	-91 199	-80 924
EBITDA-Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 541 249	1 201 923
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12 e 13	-572 536	-572 535
EBIT- Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		968 714	629 388
Juros e rendimentos similares obtidos	10	0	
Juros e gastos similares suportados		-202 738	-223 177
Resultado antes de impostos		765 975	406 211
Imposto sobre o rendimento do período	G e 11	-170 848	-90 203
Resultado líquido do período		595 127	316 008



BALANÇO			
ATIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-2016	31-Dez-2015
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	A e 12	2 979 745	3 267 337
Ativos intangíveis	B e 13	4 468 057	4 753 001
Créditos e outros ativos não correntes			8 221
SOMA		7 447 803	8 028 559
Ativo corrente			
Inventários		10 992	10 992
Outros créditos a receber	C e 14	116 402	135 021
Diferimentos	D e 15	73 475	16 741
Caixa e depósitos bancários	C ₂ 4	1 243 423	871 747
SOMA		1 444 292	1 065 888
TOTAL DO ATIVO		8 892 095	9 094 447
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		1 250 000	1 250 000
Outros instrumentos de capital próprio		625 000	625 000
Reservas legais	16	124 557	108 756
Outras reservas		1 606 606	1 306 399
Resultados transitados		-8 221	
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		90 000	82 950
SOMA		3 687 943	3 373 106
Resultado líquido do período		595 127	316 008
Total do Capital Próprio		4 283 070	3 689 113
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	C ₄ e 17	2 841 072	3 415 342
Outras dividas a pagar	18	532 602	1 262 503
SOMA		3 373 673	4 677 844
Passivo corrente			
Fornecedores	19	137 756	39 051
Estado e outros entes públicos	20	95 142	45 045
Financiamentos obtidos	C ₄ e 17	567 561	560 852
Outros passivos correntes	20	434 893	82 542
Total do Passivo		4 609 025	5 405 334
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		8 892 095	9 094 447



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Objeto Social e Identificação da Empresa

ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso Lda., tem por objeto a execução, gestão e exploração de instalações para produção de Energia Eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira em Ribeira de Pena, nº de Identificação de Pessoa Coletiva 505 294 656, registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena, sob o mesmo número.

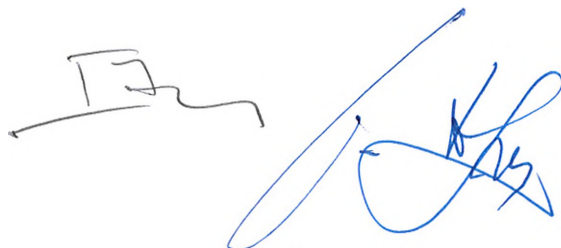
2 — Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-PE). A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ATBERG, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.





2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Efeitos das alterações ao SNC

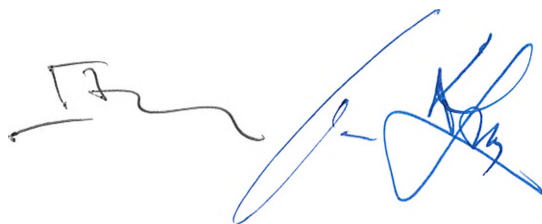
O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016, o qual originou o seguinte efeito nas demonstrações financeiras da Empresa: A empresa passou a adotar o normativo “NCRF – PE”.

Nos termos do normativo que alterou o SNC anterior, “As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF-PE, devem ser aplicadas prospetivamente, e quaisquer quantias relativas a diferenças de transição devem ser reconhecidas no capital próprio.

3 — Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.



Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes e comparáveis com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 — Principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil estimada.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento, e quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauro dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a empresa espera incorrer.

Os gastos de desmantelamento, serão, apenas, incorridos no final da utilização do ativo subjacente. Em todo o caso, deverão ser incluídos no custo inicial do bem, procedendo-se à relação direta entre rendimentos e gastos. A não mensuração inicial destes gastos levaria a benefícios económicos proporcionados pelo uso do bem ao longo da sua vida útil, sem termos o correspondente rendimento. Desta forma, teríamos o reconhecimento de um



gasto (depreciação) superior, mas diluído ao longo da vida útil do bem, ao invés de ocorrer o seu montante global, após o fim do processo de geração de benefícios económicos do uso do bem.

Como a empresa está comprometida, pelo contrato, a repor o terreno no estado original (obrigação contratual) e existe uma estimativa fiável da obrigação, sendo provável uma saída de recursos incorporando benefícios económicos que resulta da liquidação dessa obrigação presente que surgiu em consequência de acontecimentos passados, a situação enquadra-se nos pressupostos de reconhecimento de uma provisão para gastos de desmantelamento.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido quando não se esperem benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo é determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo na data da alienação/abate, e reconhecido em resultados, como “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil, estimada, do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem, à vida útil estimada dos bens, as quais se situam nos seguintes intervalos:

Designação	Anos	Taxa - %
Edifícios e outras construções	20 a 30	5,00 a 3,33
Equipamento básico	16 a 20	6,25 a 5,00
Equipamento administrativo	8	12,50
Outras imobilizações corpóreas	10	10,00

B — Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e ou produção, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da Atberg, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada foi o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-



privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

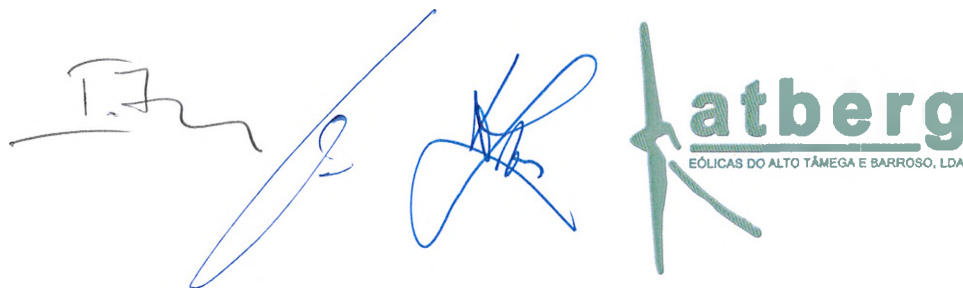
- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

No caso da Atberg, é aplicado o Modelo do ativo intangível.



C - Instrumentos Financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura, ao custo menos perdas por imparidade, os instrumentos financeiros, que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Outras Créditos a Receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são registados pelo seu valor nominal, ajustados subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

C₂-Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.



C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

C₄ - Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e imputados aos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo





C5 - Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Os instrumentos financeiros derivados, utilizados pela Empresa, respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida de resultados das rubricas “ganhos por aumentos de justo valor” ou “perdas por redução do justo valor”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela eficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio”.

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros Créditos a Receber, Outros Passivos Correntes” ou “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.



E — Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são imputados a resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos ganhos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

F — Subsídios E Outros Apoios das Entidades Pública

De acordo com o §§ 4 da NCRF-PE 14, os subsídios atribuídos por entidades públicas que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Assim, os subsídios atribuídos por entidades públicas, que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. §§ 8 da NCRF-PE 14.

G — Imposto Sobre o Rendimento

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é, salvo disposição específica, o método do imposto a pagar §§ 1 da NCRF-PE 16.



O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos sobre o rendimento são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

H — Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.



I — Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

J — Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF-PE, com exceção para as estimativas, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetem as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF-PE 6.



Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

3.4 — Risco de taxa de juro

A maior parte do endividamento da Atberg, encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pela possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Dois princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

4 — Caixa e Depósitos à Ordem

4.1 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e depósitos bancários é como segue:

Disponibilidades	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Caixa	378	404
Numerário	378	404
Depósitos bancários	1 133 045	871 344
Depósitos à ordem	705 874	556 503
Outros depósitos bancários	427 170	314 841
Total - Caixa e depósitos bancários	1 133 423	871 747

4.2 — Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Outros depósitos bancários	31-12-2016	31-Dez-2015
Montante correspondente ao "Serviço da Dívida" da próxima prestação	110 000	314 841
Depósitos bancários	110 000	314 841

5 — Vendas

O montante das vendas reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

REDITO	31-Dez-2016	31-Dez-2015	Variação	
			Valor	%
Vendas	2 031 488	1 302 605	728 883	56,0%
Parque Eólico da Bulgueira	442 803	434 652	8 150	1,9%
Parque Eólico do Guilhado	534 351	530 466	3 885	0,7%
Aproveitamento Hidroeléctrico de Vales	1 054 334	337 486	716 848	212,4%

As vendas compreendem os montantes, provenientes da venda de eletricidade, fornecida à “EDP – Serviço Universal, S.A.”, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

A faturação relativa à venda de energia é efectuada mensalmente, com base em contagens reais da energia produzida.

6 — Fornecimentos e Serviços Externos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-2016	31-Dez-2015	Variação	
			Valor	%
Serviços Especializados	453 199	237 355	215 844	0,909373
Serviços Administrativos	48 811	48 582	228	0,5%
Exploração e Manutenção	230 250	144 916	85 334	58,9%
Conservação e Reparação	158 578	42 829	115 749	270,3%
Outros	15 560	1 028	14 532	1413,7%
Materiais	15	0	15	-
Material de Escritório	15		15	-
Energia e Fluidos	14 846	9 736	5 109	52,5%
Eletricidade	4 549	4 212	337	8,0%
Energia Reativa	10 284	5 524	4 760	86,2%
Outros	12		12	-
Serviços Diversos	58 707	52 939	5 769	10,9%
Rendas e Alugueres	12 406	13 188	-782	-5,9%
Comunicação	2 114	2 030	83	4,1%
Seguros	29 344	30 177	-834	-2,8%
Outros	14 844	7 543	7 301	96,8%
Total FSE	526 767	300 030	226 737	75,6%



7 — Aumentos / Reduções de Justo Valor

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Designação	Valor Nominal em 31-12-2016	Vencimento	Indexante Trocado	Taxa Contratada	Justo Valor Do Instrumento Financeiro	
					31-Dez-2016	31-Dez-2015
Vales	262 500	09/02/2024	3,58%	Euribor 6 Meses + spread de 1,25%	5 320	8 801
	1 899 509	07/12/2021	3,92%	Euribor 6 Meses + spread de 1%	41 385	60 884
Guilhado	1 388 889	09/01/2024	4,50%	Euribor 6 Meses + spread de 1%	64 296	78 829
	3 550 898				111 001	148 513

8 — Outros Rendimentos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos	31-Dez-2016	31-Dez-2015	Variação	
			Valor	%
Imputação de Subsídios Para Investimentos	15 000	15 000	0	0,0%
Indemnização por eventos seguráveis		98 000	-98 000	-100,0%
Outros	1 727	18 939	-17 212	-90,9%
Total	16 727	131 939	-115 212	-87,3%

A rubrica, “Subsídios” refere-se ao reconhecimento do ganho respeitante a bens subsidiados no montante de 300.000 €, no âmbito da medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE). Esta imputação é feita em cada período à medida e na proporção em que são contabilizadas as depreciações do investimento subsidiado.

A rubrica “Outros” inclui os ganhos financeiros provenientes de depósitos.

9 — Outros Gastos

Nos períodos em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Gastos	31-Dez-2016	31-Dez-2015	Variação	
			Valor	%
Impostos	8 339	11 925	-3 586	-30,1%
Taxas de Produção	25 702	26 012	-310	-1,2%
Mecenato	27 000	9 000	18 000	200,0%
Outros	30 158	33 988	-3 830	-11,3%
Total	91 199	80 924	10 275	12,7%

A rubrica “Impostos” inclui, para além do valor do IMI, que incide sobre o valor patrimonial atribuído aos parques Eólicos, outros impostos, (IMT, I.S) pago na celebração das escrituras dos terrenos onde está implantado o Aproveitamento Hidroeletrico de Vales, titulados até então por contratos promessa.

As taxas de produção refere-se aos pagamentos efetuados aos municípios onde os parques eólicos se encontram instalados, por força do Artº 3º do Dec-Lei 339 - C/2001 de 29/12. Estes pagamentos correspondem, a 2,5% das vendas de energia elétrica, produzida nos parques eólicos.

A rubrica “Outros” inclui, entre outros, a compensação, paga à EDP, pela adesão ao regime remuneratório previsto na alínea a) do número 3 do artigo 5.º Do DL 35/2013, que neste período se traduziu num gasto de 25.037 euros.

10 — Juros e Gastos Similares Suportados

Total gasto de juros para passivos financeiros com contrapartida em resultados.

Gastos de Financiamentos	31-Dez-2016	31-Dez-2015	Variação	
			Valor	%
Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	202 738	223 379	-20 641	-9,2%
Resultado Financeiro	-202 738	-223 379	20 641	-9,2%

A rubrica “Juros e gastos similares de empréstimos obtidos” inclui os juros e gastos associados “imposto de selo” relativos aos empréstimos obtidos, mensurados ao custo, bem como os juros de derivados de cobertura de taxa de juro “Swap”.

11 — Impostos Sobre o Rendimento do Período

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço foi de 22,5%.

O gasto de impostos sobre lucros dos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

Imposto sobre o Rendimento do Período	PERÍODOS	
	31-Dez-2016	31-Dez-2015
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	765 975	406 211
Acréscimos à matéria coletável	4 937	2 083
Deduções à matéria coletável	-11 605	-4 749
Matéria Coletável	759 308	403 544
Imposto	159 455	84 144
Derrama	11 390	6 053
Imposto Corrente	170 844	90 197
Tributação Autônoma	4	5
Imposto sobre o Rendimento do Período	170 848	90 203
Taxa Efetiva de Imposto	22,30%	22,21%



O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, a partir do resultado antes do imposto, com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da lei (e.g., acréscimo de depreciações não aceites fiscalmente, majoração de donativos etc.), por aplicação àquela da taxa de IRC (21%) para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

Ao IRC devido pode acrescer a Derrama, a qual é receita municipal. A taxa geral de Derrama, lançada pelos diferentes municípios, pode ascender até 1,5%, podendo coexistir uma taxa reduzida de Derrama para empresas com volume de negócios inferior a € 150.000 no exercício anterior.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, despesas de representação cuja taxa é de 10%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

É convicção da Gerência, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e para-fiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.



12 — Ativos Fixos Tangíveis

12.1 - No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram como segue:

Ativo Bruto	Saldo 31-Dez-2016	Aquisições	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2015
Terrenos	237 622			237 622
Edifícios	744 791			744 791
Equip. básico	4 975 058			4 975 058
Equip. administrativo	4 283			4 283
Outros	14 683			14 683
Total	5 976 438	0	0	5 976 438

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo 31-Dez-2016	Depreciações do Exercício	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2015
Edifícios	413 505	37 240		376 266
Equip. básico	2 567 158	248 753		2 318 405
Equip. administrativo	4 283	131		4 152
Outros	11 746	1 468		10 278
Total	2 996 693	287 592	0	2 709 101

Ativo Líquido	Saldo 31-Dez-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-Dez-2015
Ativo Fixo Tangível	2 979 745	0	287 592	3 267 337
Total	2 979 745	0	287 592	3 267 337

O ativo, da empresa, é composto, essencialmente, por edifícios e outras construções, necessárias á implantação dos Parques Eólicos da Bulgueira e do Guilhado e Equipamento Básico (geradores eólicos e outros equipamentos), acrescidas do valor, estimado, dos correspondentes gastos de desmantelamento.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local foram incluídos no custo do ativo relacionado. O custo total no montante de 71.550 €, estimado ao valor corrente, foi acrescido ao custo de construção das instalações e é depreciado da mesma forma que o ativo



que integram. Em contrapartida, foi reconhecido um passivo, *porque claramente definida a obrigação*, no mesmo montante, que será utilizado quando os custos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.

Os ativos fixos tangíveis não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade, pelo que são nulas as imparidades acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Todos os ativos, encontram-se localizados em território nacional, estão em poder da ATBERG, e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

12.2 — Investimentos Implantados em Propriedade Alheia

Parque Eólico da Bulgueira

O Parque Eólico da Bulgueira está implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Santa Marinha, concelho de Ribeira de Pena, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 26 de outubro de 2000 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 20 de novembro de 2002, ao abrigo da cláusula décima do mesmo contrato, a “EHATB, EIM, SA” cedeu a sua posição à empresa “ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda.” para instalação do parque eólico da Bulgueira. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco anos e de dez anos respetivamente.

ln



Parque Eólico da Chã do Guilhado

O Parque Eólico de Chã do Guilhado está implantado em terrenos baldios geridos pelo Conselho Diretivo da Povoação do Guilhado, em representação das Comunidades de Guilhado, freguesia e concelho de Vila Pouca de Aguiar. Em 8 de Agosto de 2000, foi celebrado um “Contrato Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, entre o referido Conselho Diretivo e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, para a realização de estudos com vista à instalação de parques eólicos. O contrato foi celebrado por três anos, e é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte anos e de dez anos, respetivamente. Estes terrenos, foram cedidos à ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda., em julho de 2010 por contrato de cessão parcial de posição contratual.

13 — Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo 31-Dez-2016	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2015
Propriedade industrial	6 739 847			6 739 847
Total	6 739 847	0	0	6 739 847

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo 31-Dez-2016	Amortizações do Período	Transferências e Abates	Saldo 31-Dez-2015
Propriedade industrial	2 271 790	284 944		1 986 846
Total	2 271 790	284 944	0	1 986 846

Ativo Líquido	Saldo 31-Dez-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-Dez-2015
Propriedade industrial	4.468.057		-284.944	4.753.001
Total	4.468.057	0	-284.944	4.753.001



Após a entrada em vigor do SNC, o Aproveitamento Hidroelétrico de Vales, deixou de ser reconhecido como ativo fixo tangível reversível da empresa na medida em que, se considera que nos termos do contrato de concessão, adquiriu o direito de o utilizar, não existindo controlo sobre o mesmo uma vez que:

- O concedente controla a infraestrutura e;
- A infraestrutura reverte para o concedente no final do contrato.

O Valor do Investimento inicialmente realizado na construção da infraestrutura, anteriormente reconhecido como um ativo tangível, foi reclassificado para ativo intangível.

As depreciações dos ativos associados ao "Aproveitamento Hidrelétrico de Vales" vinham a ser efetuadas, de acordo com a tabela anexa ao decreto regulamentar 2/90, ou seja, era considerado um período de vida útil adequado ao período de vida útil definido para efeitos fiscais. Tal tabela era aplicável aos diferentes e a todos os bens que integravam o referido aproveitamento.

Recorda-se que o período da concessão corresponde a 35 anos e teve início em 2009. Sempre que o critério fiscal excedesse os referidos 35 anos, era este último o utilizado. Os terrenos, obviamente, não sofriam qualquer depreciação.

Neste enquadramento, as depreciações de cada exercício, ascendiam a cerca de 281.064 €, o que correspondia a uma taxa global média de 4,1%, ou seja, o equivalente a 25 anos de vida útil, período este, portanto, inferior ao período da concessão.

Porque a política de depreciação anteriormente seguida se nos afigura ainda como adequada e compatível com a que agora se tornou exigível pelo novo normativo, optou-se por utilizar o mesmo nível de depreciação que vinha a ser consistentemente utilizado.

h



14 — Outros Créditos a Receber

No período em análise, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outros Créditos a Receber	31-Dez-2016	31-Dez-2015
EDP	113 867	135 021
Adiantamento de Fornecedores	2 535	
Total	116 402	135 021

A rubrica “EDP” traduz as vendas realizadas em dezembro cujas faturas só foram emitidas em janeiro, face às disposições contratuais que regem a emissão das respetivas faturas.

15 — Diferimentos

Diferimentos	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Gastos a Reconhecer	73.475	16.741
Total	73.475	16.741

As quantias escrituradas na rubrica “Diferimentos” constituem gastos registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e imputáveis a períodos subsequentes, por respeito ao pressuposto contabilístico da especialização dos exercícios.

Respeitam, essencialmente aos gastos a reconhecer decorrentes dos contratos celebrado com a Enercon e Nordex para manutenção dos parques Eólicos, e contratos de seguros.



16 — Capital Próprio

Capital Social

No período em análise, o capital social da empresa, totalmente subscrito e realizado, é detido pelas seguintes entidades:

Sócios	%	Valor
Municípios "em regime de contitularidade" Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar	40%	500.000,00
Hidroerg	40%	500.000,00
Lusiterg	20%	250.000,00
Total	100%	1.250.000,00

Conforme deliberação em assembleia geral de acionistas em 23 de outubro de 2012, e por forma a fazer cumprir o que dispõe o artigo 68.º da lei 50/2012, a participação correspondente a 40% do capital social, de que a EHATB, EIM, SA. era detentora, na sociedade "ATBERG", passou a ser detida, em regime de contitularidade, pelos Municípios, de: *Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar*, acionistas da EHATB.

Movimentos ocorridos nas rubricas de capital:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Final	Aumentos	Diminuições	Saldo Inicial
Capital Social	1.250.000			1.250.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	625.000			625.000
Reservas:	1.731.163			1.415.156
Reservas legais	124.557	15.801		108.756
Reservas Livres	1.606.606	300.207		1.306.399
Resultados Transitados	-8.221		8.221	0
Ajustamentos / Outras Variações no Capital Próprio	90.000	7.050		82.950
Resultado Líquido do Exercício	595.127	595.127	316.008	316.008
TOTAL	4.283.070	918.185	324.229	3.689.113



O quadro acima traduz as variações ocorridas na rubrica de capitais próprios resultantes de:

- aplicação dos resultados do exercício de 2015;
- diminuição da quota-parte dos subsídios registados na rubrica "Outas variações nos capitais próprios" decorrentes da imputação a resultados na rubrica "Outros Rendimentos".

A aplicação de resultados do exercício de 2015 foi deliberada em Assembleia-geral de Sócios ocorrida em, 30 de março de 2016.

Outros Instrumentos de Capital Próprio

No período em análise esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Prestações Suplementares	% de Participação	31-Dez-2016	31-Dez-2015
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade: <i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>	40	250.000	250.000
LUSITERG	40	250.000	250.000
HIDROERG	20	125.000	125.000
	100	625.000	625.000

Esta rubrica inclui prestações suplementares efetuadas pelos sócios, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, sem prazo definido para o seu reembolso.

De acordo com a legislação vigente, as Prestações Suplementares, não vencem juros (art.º 210 do CSC), e só podem ser restituídas aos sócios desde que, após a sua restituição, o capital próprio, não fique inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 32 do CSC).

Outras Variações nos Capitais Próprios - Subsídios ao Investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos de impostos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.



No seguimento da proposta de candidatura a fundos no âmbito da medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE), foram atribuídos à ATBERG, Lda. subsídios ao investimento não reembolsáveis no valor de 300.000 €, para financiamento do “Parque Eólico da Bulgueira”.

Subsequentemente, ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, *nota 8*.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para:

- (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é amortizações e depreciações e/ou
- (ii) compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

17 — Financiamentos Obtidos

Compromisso de Empréstimos Obtidos Mensurados ao Custo

No período em análise, os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte detalhe:

Financiamentos	Início	Fim	31-Dez-2016		31-Dez-2015	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Hidroeléctrica de Vales	2009	2023	1.761.952	401.542	2.170.204	394.833
CGD MLP 2	2009	2023	1.512.675	366.423	1.884.966	359.713
CGD MLP 3			249.277	35.120	285.238	35.120
Eólica da Chã do Guilhado	2010	2025	1.079.119	166.018	1.245.138	166.018
CGD MLP 4	2011	2025	359.476	55.304	414.781	55.304
CGD BEI	2010	2025	719.643	110.714	830.357	110.714
Total Financiamentos Obtidos			2.841.072	567.561	3.415.342	560.852



O montante registado em “Passivo Não Corrente” não inclui a parcela relativa à amortização do período a qual se encontra registada na rubrica “Passivo Corrente” Financiamentos Obtidos.

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de dezembro de 2016

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a médio e longo prazo, para financiamento da construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Vales e do Parque Eólico da Chã do Guilhado assim distribuído:

Aproveitamento Hidrelétrico de Vales

CGD MLP2 – 4.000.000 € - O prazo de empréstimo é de 15 anos com 2 anos de carência de capital. O empréstimo será reembolsado em prestações semestrais, de capital e juros, sucessivas e iguais. A primeira prestação ocorreu no semestre seguinte ao do final do prazo de utilização, junho de 2009. Em 2010 foi aqui incorporado o Empréstimo “MAPE” no montante de 510.000 €.

CGD MLP3 – 525.000 € - Destinado ao reforço do apoio à construção do aproveitamento. O prazo de empréstimo é de 15 anos. O empréstimo será reembolsado em 30 prestações semestrais, de capital e juros, sucessivas e iguais.

Parque Eólico da Chã do Guilhado

CGD MLP4 – 950.000€ - Destinado a apoiar a implementação do parque eólico. O prazo de empréstimo é de 15 anos, com 18 meses de carência de capital. Do valor contratualizado junto da Caixa Geral de Depósitos, apenas foi utilizado o montante global de 746.604,94 €, A primeira amortização, teve início em janeiro de 2011.

CGD BEI – 1.550.000€ - Destinado a apoiar a implementação do Parque Eólico. O prazo de empréstimo é de 15 anos, a reembolsar em 28 prestações semestrais. A amortização de capital teve início em julho de 2010.



Em garantia das obrigações assumidas perante a entidade bancária (CGD/CBI), decorrentes destes financiamentos a Atberg obriga-se a constituir a seu favor:

- penhor dos equipamentos;
- hipoteca das parcelas de terreno situados no concelho de Vila Pouca de Aguiar adstritas ao A. H. de Vales
- manutenção da conta reserva, provisionada, a cada momento, com o montante necessário ao pagamento das prestações subsequentes de amortização de dívida mais os juros respetivos.

18 — Outras Dívidas a Pagar

O detalhe da rubrica de "Outras dívidas a pagar – Não Corrente" apresenta o seguinte detalhe:

Outras Dívidas a Pagar	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Imposto Associado a Subsídios		18 900
Gastos de Desmantelamento	71 550	71 550
Swap	461 052	572 053
Sócios - Suprimentos		600 000
MUNICÍPIOS em regime de contitularidade: <i>Boticas; Chaves; Montalegre; Ribeira de Pena; Valpaços e Vila Pouca de Aguiar</i>		240 000
LUSITERG		240 000
HIDROERG		120 000
	532 602	1 262 503

Gastos de Desmantelamento

A rubrica "Gastos de Desmantelamento" refere-se ao reconhecimento, do valor estimado, dos gastos de desmantelamento relativos aos Parques Eólicos da Bulgueira e Chã do Guilhado, conforme descrito na *nota 12* acima.



Swap da Taxas de Juros

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, e para fazer face á cobertura económica dos juros a pagar até ao termo dos respetivos contratos de empréstimo a empresa utiliza swaps (contratos de permuta de taxa de juro). Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas.

Ao abrigo destes contratos, a empresa acordou com a entidade financiadora a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

A Atberg pretendeu assim cobrir o risco da taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Data de Início	Data de Maturidade	Valor Nominal	MTM	
			31-Dez-2016	31-Dez-2015
09/02/2009	09/02/2024	262 500	33 467	38 787
07/12/2009	07/12/2021	1 899 509	219 180	260 565
17/09/2009	09/01/2024	1 388 889	208 405	272 701
		3 550 898	461 052	572 053

O valor nominal dos contratos de swap a 31 de Dezembro de 2016 ascende a 3.550.898 € e o correspondente justo valor (fair value - valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), é de 461.052 € a favor da entidade bancária.

A atualização no justo valor dos swap's de taxa de juro, resultou numa diminuição do passivo no montante de 111.001 Euros. A contrapartida desta variação foi registada em "Aumentos /reduções de justo valor". (Nota 7)



Sócios - Suprimentos

Nos termos do artigo 5º. do pacto social foram prestados suprimentos, por tempo indeterminado e sem qualquer juro remuneratório com o reembolso, para suporte financeiro da construção do “Parque Eólico da Chã do Guilhado” e do “Aproveitamento Hidrelétrico de Vales”. Neste período foi reembolsado aos sócios o montante de 225 000 euros, na proporção das suas quotas. Como se espera que o remanescente venha a ser reembolsado no próximo período, a rubrica foi reclassificado para “passivo corrente” e integra, agora a rubrica “Outros passivos correntes”

19 — Fornecedores e Outros Passivos Correntes

O detalhe desta rubrica no período em análise é o seguinte:

Outros Passivos Correntes	31-Dez-2016	31-Dez-2015
Fornecedores	137 756	39 051
Outros Passivos Correntes	434 893	82 542
Juros a Liquidar	49 099	55 112
Outros	10 794	27 431
Sócios - Suprimentos	375 000	

A rubrica “Outros Passivos Correntes - *outros*” refere-se, a:

- aquisição de parcelas de terrenos, titulados por contratos promessa, na parte ainda não paga, (4.085 euros);
- outros credores por acréscimo de gastos, (6.709 euros), em observância ao princípio da especialização dos exercícios.



20 - Estado e Outros Entes Públicos

No período em análise esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2016	31-Dez-2015
IVA - a pagar	4 508	720
IRC Estimado - a Pagar	90 635	44 325
EOEP Passivos	95 142	45 045

21 — Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas, não incluídas no Balanço

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

Instituto da Água – 233.838,63 € – Correspondente a 5% do montante global do investimento previsto no projeto, respeitante ao “Aproveitamento Hidrelétrico de Vales”, destinado a garantir a boa execução da obra, a qual terá de cumprir tanto os regulamentos de ordem técnica e ambiental como os condicionalismos impostos pela comissão de CCDRN nos respetivos licenciamentos de utilização de água e de construção de infraestruturas hidráulicas.

22 — Acontecimentos após a data do balanço

a) Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pela Gerência em 15 de março de 2017, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Sócios agendada para 30 de março de 2017, tendo essa reunião magna o poder de alterar as demonstrações financeiras, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.

Chaves, 15 de março de 2017

A Contabilista Certificada



Maria Leonor Ferreira Marques

(TOC 40235)

Os Gerentes



António Raúl Eira Leitão (Presidente)



Rui Manuel Vaz Alves



Pedro Filipe Barbosa Eira Leitão